

dos Santos, Daniel Marcelino; Schmidt, Cristina
Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço
Político e de Ativismo Midiático
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 15, núm. 34, enero-junio, 2017, pp. 103-
118
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631770206015>

Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço Político e de Ativismo Midiático

Daniel Marcelino dos Santos¹
Cristina Schmidt²

RESUMO

As ações folkcomunicacionais e as atividades relativas às políticas públicas se manifestam em territórios de interação. Com o objetivo de observar e discutir a Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” sob a ótica da folkcomunicação e das políticas públicas. Esse estudo apresenta inicialmente algumas considerações sobre educação, cidadania, movimentos sociais, e comunicação, e na sequencia realiza uma discussão a partir da perspectiva folkcomunicacional das políticas públicas. A Escola de Cidadania se configura como um espaço em que se observa a convergência de aspectos tanto de folkcomunicação quanto de políticas públicas. A aproximação conceitual de diferentes áreas de conhecimento mostra que a complexidade das relações existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade dessas confluências para sua compreensão.

PALAVRAS-CHAVES

Folkcomunicação, Movimentos Sociais, Educação, Políticas Públicas.

Folk Communication Networks and Public Policies: The School of Citizenship and Political Space and Media Activism

ABSTRACT

The Folkcomunicacionais actions and activities related to public policies are manifested in interaction territories. With the objective of observing and discussing the Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” from the point of view of folkcomunicação and public policies, this

¹ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), Especialista em Educação Especial e Bacharel em Fisioterapia. Professor de Educação Básica na Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, com atuação na Educação Especial. Membro do GRUPPU - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes.

² Doutora em Comunicação pela PUC-SP. Coordena o Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), onde também é professora e pesquisadora. E-mail: crisschmidt@umc.br

study initially presents some considerations about education, citizenship, social movements, and communication, and in the sequence conducts a discussion from the folk-public perspective of public policies, with a view to characterizing it in a landscape that is configured as both a political space and a media activism. The School of Citizenship is configured as a space in which the convergence of both folkcomunicação and public policy aspects is observed. The conceptual approach of different areas of knowledge shows that the complexity of existing relationships in society, while reinforcing the need for these confluences for their understanding.

KEY-WORDS

Folkcomunicação, Social Movements, Education, Public Policies.

Introdução

As redes sociais são mecanismos de comunicação pelos quais diferentes grupos se relacionam. Essas conexões superam os modelos digitais, comuns na atualidade, e se referem às inúmeras possibilidades de articulação interpessoal, que, por meio de processos folkcomunicacionais, promovem a troca de informações, sua significação e ressignificação nos distintos contextos da vida social. Essas redes são elementos intrínsecos à relação humana, assim como podem ser estabelecidas com objetivos previamente determinados (SCHMIDT, 2016).

O conceito de políticas públicas se desenvolve a partir do entendimento daquilo que não é privado, e, portanto, vincula-se ao território comum, cujo controle acontece por meio da governança pública. Dias; Matos (2012) conceituam políticas públicas como “ações empreendidas pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida” (DIAS; MATOS, 2012 p.12).

As redes folkcomunicacionais e as políticas públicas não se desenvolvem num contexto individual. Tanto as ações folkcomunicacionais quanto as atividades relativas às políticas públicas se manifestam em territórios de interação, no qual a ação coletiva, independentemente do número de sujeitos, se articula num movimento dinâmico. Nesse cenário, a Escola de Cidadania se configura como um espaço em que se pode observar a convergência de aspectos tanto de folkcomunicação quanto de políticas públicas.

A escola de Cidadania é uma iniciativa da sociedade civil, vinculada à Igreja Católica e a diferentes movimentos sociais, e que tem o propósito central de qualificar líderes comunitários e a sociedade em geral no que tange às políticas públicas, por meio de debates acerca dos mais variados temas que permeiam a ação ou a ausência do poder público. Em reuniões sistematizadas e frequentes, compostas por diferentes sujeitos e abertas a quem se interessar a participar, nos encontros são discutidos temas que permeiam a vida cotidiana.

Com o objetivo de observar e discutir a Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”, que desenvolve suas atividades na região do Alto Tietê, estado de São Paulo, sob a ótica da folkcomunicação e das políticas públicas, com recursos bibliográficos e documentais, esse estudo apresentará inicialmente algumas considerações sobre educação, cidadania, movimentos sociais, e comunicação. Em seguida a Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” será discutida a partir da perspectiva folkcomunicacional das políticas públicas com vistas a caracterizá-la numa paisagem que se configura tanto como um espaço político quanto de ativismo midiático. A Escola de Cidadania se configura como um espaço em que se observa a convergência de aspectos tanto de folkcomunicação quanto de políticas públicas.

Educação, Cidadania, Movimentos Sociais e Comunicação

A educação é um direito social recentemente garantido nos dispositivos legais brasileiros, e sua efetivação é objeto constante de problematização. A esse respeito, Paro (2014) coloca a necessidade de se realizar uma discussão mais ampla sobre a educação e em suas considerações, destaca que é por meio dela que os seres humanos se constituem enquanto sujeitos sociais, e, portanto, a educação “consiste na apropriação da cultura” (PARO, 2014 p.23).

Esse autor considera que a cultura é tudo aquilo que é produzido pela humanidade, em contraponto com o natural, que existe independentemente à sua vontade. Por sua vez, a posição de sujeito social implica diretamente em uma condição política, ou seja, na convivência entre pessoas e grupos. Essa convivência pode acontecer pela via da dominação, com a anulação da subjetividade daqueles que se encontram dominados, ou ainda pelo diálogo, numa relação em que há ajustes de interesses, negociações e interlocuções, nas quais as subjetividades são afirmadas e o convívio se caracteriza por aquilo que se denomina democracia (PARO, 2014).

Também numa concepção abrangente de educação, Ghon (2010) apresenta três diferentes campos educacionais - a educação formal, a informal e a não formal, cada qual com características próprias. A educação formal é aquela estruturada legalmente, organizada por meio de um currículo, desenvolvida em escolas, diferentemente da educação informal, que acontece nos grupos sociais, sem uma organização específica e de maneira espontânea. Já a educação não formal possui uma organização construída por aqueles que participam do processo, e assim, representa um conjunto de ações intencionais e atua na construção de uma identidade coletiva.

Em 2014, a Diocese de Mogi das Cruzes, localizada na Região do Alto Tietê, estado de São Paulo, decidiu implantar a Escola de Cidadania, inspirada em iniciativa de mesmo nome, já desenvolvidas em outras localidades, tais como na Zona Leste da capital paulista. Na Diocese de Mogi das Cruzes a implantação ficou sob responsabilidade da Comissão Diocesana para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz (Comissão das Pastorais Sociais) e do Fórum Diocesano das Pastorais Sociais, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, e posteriormente passou a ser denominada Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”.

A Igreja Católica é uma instituição social que tem sua atuação no Brasil desde a chegada dos portugueses. Desde então, sua relação com o Estado aconteceu com diferentes propósitos, e em vínculos mais, ou menos harmoniosos. Mesmo que esse estudo não objetive estudar a Igreja Católica, mas se dedique a observar e discutir um movimento que possui vínculos com esta instituição, é importante destacar que segundo Gomes (2014), entre os bispos católicos, existem várias tendências ideológicas, porém, sempre com a preservação de princípios teológicos. Isso possibilita que a Igreja seja observada de maneira heterogênea, e assim, compreender as nuances, desde as mais tradicionais, até as mais progressistas.

A Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” é um movimento de educação não formal, que de acordo com a concepção de Ghon (2010),

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos (GHON, 2010 p.33).

A proposta da Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” destina-se a promoção de um espaço no qual as políticas públicas possam ser discutidas e ao mesmo tempo, favorecer a formação de líderes comunitários, conselheiros municipais, agentes pastorais, gestores públicos e demais atores da sociedade civil para a participação ativa diante da realidade social na qual encontram-se inseridos. A esse respeito, Ghon (2010) destaca que a educação não formal tem sua intencionalidade direcionada a formação para a cidadania e na emancipação social, numa luta contra a exclusão e na criação de laços de pertencimento.

Ao tratar de políticas públicas de cidadania e constituição de sujeitos políticos, Rego; Pinzani (2014) ressaltam que na sociedade moderna houve um avanço jurídico que colocou o direito como algo subjetivo, porém, para que haja sua titularidade, os sujeitos necessitam ter condições para sua fruição. Além disso, a condição subjetiva do direito implica na existência de deveres consigo mesmo e com a comunidade de pertinência. Assim, a titularidade do direito carece do desenvolvimento de habilidades que permitam que o sujeito exercente sua cidadania, respondam por suas ações e mantenham um vínculo de pertencimento à uma comunidade e a existência de um senso de coletividade. Nessa mesma perspectiva, Ghon (2010) ressalta a educação como um direito humano e destaca que por meio dela é que se atinge a autonomia para agir e compreender politicamente no mundo.

Os movimentos sociais possuem uma significativa relevância quando se trata de coletividade. Para Downing (2004), é necessário que se compreenda o significado do termo “movimentos sociais” de acordo com as diferentes circunstâncias na qual ele foi empregado., desde o século IX. Segundo o autor, primeiramente o termo “movimentos sociais” foi empregado para referir-se a rebelião das massas, movida pela emoção e marcada pelo tumulto. Num segundo momento foi utilizado para descrever as atividades organizadas de greve, as passeatas e demais ações coletivas que tinham como propósito influenciar o processo político, cujos participantes eram principalmente sujeitos a margem da riqueza. A terceira abordagem sobre os movimentos sociais refere-se ao que se conhece por novos movimentos sociais, que não perseguiam especificamente ganhos materiais, mas se concentravam na busca pelo crescimento pessoal e pela identidade coletiva.

No Brasil, Ghon (2010) relata que os movimentos sociais atuais são diferentes daqueles que existiram durante a fase populista ou no regime totalitário que se iniciou em

1964, ainda possam guardem referências daqueles movimentos. A autora destaca que os movimentos atuais se localizam num cenário de fronteiras alargadas e ampliação das tensões em decorrência da globalização, e podem ser agrupados em movimentos de identidade – compostos por grupos excluídos da sociedade e geralmente de camadas populares, como mulheres, negros, pessoas com deficiência; movimentos luta por melhores condições de vida – que demandam por acesso a serviços de educação, saúde, moradia, transporte; e os movimentos globais, globalizantes e transnacionais.

Os movimentos sociais guardam uma íntima relação com a comunicação, uma constatação também elaborada por Downing (2004). Para ele, a esfera pública materializa a ágora grega e nela é possível observar diferentes teias de comunicação, em círculos que se inter-relacionam e que possibilitam mútuas comunicações, que favorecem o debate em diferentes níveis. Nesse sentido, a relação entre a comunicação e os movimentos sociais também é abordada por Albano (2006), que apresentada essa como uma vinculação essencial:

A comunicação mostra-se essencial na configuração dos movimentos contemporâneos. A partilha, o diálogo, a comunicação em si é responsável pela descoberta do comum, do agir comum, da intersubjetividade, o que faz com que o desejo de um tenha elementos comuns com o desejo de outros. Pensando em multidão, a produção do comum (comunidade) exige uma reconfiguração das instituições sociais e políticas, pois as singularidades não podem ser afirmadas de forma total em suas atuais formas estruturais (ALBANO, 2016, p14).

A Escola de Cidadania, ao ser considerada como um movimento de educação não formal, com atividades educacionais intencionalmente organizadas, pode ser circunscrita dentro de uma perspectiva que entende a educação como um meio para construção da historicidade e assim, de apropriação da cultura. Encontra-se inserida no palco dos movimentos sociais, cujas relações políticas se manifestam mediante as relações interpessoais, em redes intencionais de comunicação, e que coloca em questão variados temas sociais. Dessa maneira, permite, ser observada tanto pelo olhar das políticas públicas quanto pela ótica da Folkcomunicação, tal como procurará ser realizado a seguir.

A Escola de Cidadania no contexto das Redes Folkcomunicacionais e das Políticas Públicas

A observação da Escola de Cidadania sob o ângulo da folkcomunicação e das políticas públicas permite a identificação de elementos desses dois campos de conhecimento. Do

ponto de vista da folkcomunicação, serão discutidas as redes culturais e o ativismo midiático, enquanto que pelo prisma das políticas públicas serão elencados aspectos relacionados à atuação dos atores sociais na esfera política, o conceito de arena pública e de agendamento de políticas públicas. Esses elementos, mesmo que aparentemente específicos de cada área de conhecimento, dialogam entre si e podem favorecer a compreensão do movimento social analisado nesse estudo.

Os organizadores da Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” definem semestralmente um programa de atividades. Neste programa há a previsão de datas dos encontros, assim como são estabelecidos os temas que serão desenvolvidos em cada reunião, que acontecem semanalmente, aos sábados, pela manhã. Os programas são divulgados por meio de panfletos, que são distribuídos nas paróquias e também nos círculos frequentados pelas pessoas que já participam do grupo ou por que a elas se vinculam de alguma maneira de alguma maneira com os participantes. Este estudo conta com três programações da Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”, com o propósito de exemplificar as ações e facilitar sua localização no contexto da folkcomunicação e das políticas públicas.

Tabela 1 - Programação 2º Semestre/2015

DATA	TEMAS	CONVIDADOS
05/07/14	Constituição e Reforma Política	Markus Sokol , economista com atuação nos movimentos sociais
12/07/14	Movimentos Sociais e o Papel da Igreja	Antonio Luiz Marchione – Padre Ticão, Escola da Cidadania da Zona Leste
19/07/14	História da Igreja	Prof. Hélio Vale Mestre da Igreja
26/07/14	História da Igreja	Prof. Hélio Vale Mestre da Igreja
02/08/14	Teologia da Libertação	Padre Paulo Bezerra, Paróquia N.Sra do Carmo – Itaquera
09/08/14	Violência Doméstica, Familiar e Social	Celina Aparecida Simões, Escola da Cidadania da Zona Sul
16/08/14	Democracia e Participação Popular	Ana Maria Martins, assistente social e professora, foi vereadora na Capital (SP)
23/08/14	História das Doutrinas Políticas, Democracia, Poder e Serviço	Marlon Lulis, psicólogo.

30/08/14	Ditadura Militar	Alipio Frete, jornalista e escritor
06/09/14	Ética, Moral, Política e Corrupção	Mario Sergio, professor
13/09/14	Trabalho e Renda na perspectiva da Economia Solidária	Sônia Kruppa, pedagoga, mestrada e doutorada em educação e pesquisadora
20/09/14	Sistema Político Atual: Governo, Estado e Instituições Políticas.	Marlon Lulis, psicólogo.
27/09/14	Doutrina Social da Igreja	Rosana Manzini, professora da Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI
11/10/14	Doutrina Social da Igreja	Rosana Manzini, professora da Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI
18/10/14	O Papel da Igreja: O Leigo na Igreja	Waldemar Rossi, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo
25/10/14	O papel da Igreja na Ditadura Militar	Dom Angélico Bernardino, Bispo Emérito Diocese Blumenau
1/11/14	Orçamento Municipal	Odilon Guedes, professor e mestre em economia, foi vereador na Capital (SP)
08/11/14	Conselhos Municipais	Ruda Ricci, sociólogo e cientista político
22/11/14	Conselhos Municipais	Ruda Ricci, sociólogo e cientista político
29/11/14	O Brasil que temos e o que queremos: um país melhor para viver.	Dr.- Luciano P. Santos , advogado, professor e membro da Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE
06/12/14	Confraternização e entrega dos certificados e celebração	Dom Pedro Luiz Strilnghini, Bispo Diocesano da Diocese de Mogi das Cruzes

Fonte: Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”

Tabela 2 - Programação 2º Semestre/2016

DATA	TEMAS	CONVIDADOS
06/08/16	Jesus Histórico	Prof. Hélio de Medeiros
13/08/16	Seminário do Alto Tietê – Local: UNIFESP Guarulhos	Estrada do Caminho Velho, nº333 - Pimentas – Guarulhos
20/08/16	Políticas Públicas, Cidadania e Qualidade de Vida no Alto Tietê	Padre Ticão
27/08/16	Programa Recomeço Família – Família x Drogas	Tamires de Aquino Ramos

03/09/16	Refletindo Sobre Finanças Públicas: um exercício importante para a cidadania	Profa. Selene Moraes
10/09/16	Igreja e o Desafio das Transformações sociais	Prof. Waldir Augusti
17/09/16	O Papel dos Hospitais Filantrópicos no SUS	Drª. Ana Nem
24/09/16	Consumo e Propaganda no Brasil: uma abordagem histórica	Profª. Drª. Rosângela F. Leite
08/10/16	O Eca um Grande Desafio no Brasil	Drª. Célia Aparecida de Souza
15/10/16	A Metrópole e as Águas: prevenção e degradação ambiental na região de São Paulo	Prof.Dr. Janes Jorge
22/10/16	DSI, um tesouro desconhecido	Prof.ª. Rosana Manzani
29/10/16	Educação Para o Exercício da Cidadania	Prof.ª. Dr.ª Marineide Gomes
08/10/16	O Eca um Grande Desafio no Brasil	Dr.ª Célia Aparecida de Souza
15/10/16	A Metrópole e as Águas: prevenção e degradação ambiental na região de São Paulo	Prof. Janes Jorge
22/10/16	DSI, um tesouro desconhecido	Prof.ª. Rosana Manzani
05/11/16	Uma Década de Políticas Sociais Inclusivas: balanço de um desvio	Prof. Rudá Guedes Ricci
12/11/16	Qualidade na Escola Pública	Eda Luiz (Cieja Campo Limpo)
19/11/16	As Manifestações Religiosas nos Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios	Prof. Padre Valmir Batalha
26/11/16	Encerramento de Semestre	

Fórum	Data	Período	Área Pastoral
3°	Setembro/2016	Tarde	Mogi das Cruzes
4°	Abril/2017	Tarde	Arujá
5°	Junho/2017	Tarde	Santa Isabel
6°	Agosto/2017	Tarde	Salesópolis e Biritiba Mirim
7°	Outubro/2017	Tarde	Suzano
Diocesano	Novembro/2017	A definir	Mogi das Cruzes

Fonte: Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”

Tabela 3 - Programação 1º Semestre/2017

DATA	TEMAS	CONVIDADOS
11/02/17	Campanha da Fraternidade	Diácono Dercicles
13/03/17	Campanha da Fraternidade	Diácono Odair
04/03/17	Violência Doméstica	Profª. Celina Soares
11/03/17	Racismo Institucional: aspectos e consequências	Prof Eduardo Januario, Doutorando USP
18/03/17	Orçamento Público: Suzano, Mogi das Cruzes, Salesópolis	Marcelo Cândido
25/03/17	Oficina da Lembrança - A Utilização de Computadores e Internet por Idosos	Ana Claudia Bonilha (UNIFESP)
01/04/17	Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - 13146/15	Ms.Daniel Marcelino dos Santos
08/04/17	A Importância do Sistema Único de Saúde	Profª. Drª.Ana Nem (UNIFESP)
22/04/17	Atividade em Grupo	Profª. Cida Sena
29/04/17	Lei de Orçamento Público: Santa Isabel, Arujá, Guararema,Biritiba Mirim	Rosenil Orfão
06/05/17	Ética na Educação, Escola sem Partido	Prof. Douglas Martins Izzo
13/05/17	Visita à Pinacoteca de São Paulo	Prof. Dra. Letícia Squeff (UNIFESP)
20/05/17	O Ensino Social da Igreja Segundo o Papa Francisco	Padre Antonio Luiz Marchione (Padre Ticão)
27/05/17	Atividade em Grupo	Drª Antonia Alexandrina
06/05/17	Ética na Educação, Escola sem Partido	Prof. Douglas Martins Izzo
03/06/17	Sistema Único de Assistência Social - SUAS: avanços e desafios	Marcio cândido
10/06/17	Tecnologia e Literatura: o prazer de pensar	Marlon Ribeiro (UNIFESP)
17/06/17	Participação da Mulher na Política	Assistente Social Ana Maria Martins

24/06/17	Confraternização e Avaliação
----------	------------------------------

Fonte: Escola de Cidadania “José de Souza Cândido”

Ao proporcionar um espaço de discussão, a Escola de Cidadania também se apresenta como um meio para que a comunicação entre diferentes sujeitos aconteça, ao mesmo tempo em que se configura como parte de uma rede comunicativa, permeada por pessoas que transitam em diferentes realidades, haja vista que as reuniões não possuem medidas restritivas quanto ao público. É uma amostra de rede cultural, entendida por Schmidt (2016)

(...) como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais como conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e níveis nos processos culturais. Estas, conferem aos indivíduos um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns que vão do econômico ao religioso, do afetivo ao artístico de seus agentes ativos e promotores e demais participantes (SCHMIDT, 2016 p. 13).

Nesse espaço comunicativo, os participantes podem, a partir dos vínculos interpessoais, ressignificar percepções e concepções que estão intrinsecamente ligados ao seu modo de vida e a sua maneira de entender o contexto no qual trabalham, residem e participam das práticas culturais. A Escola de Cidadania, enquanto rede cultural, possibilita discussões que facilitam a aproximação entre os participantes, que encontram, entre os diferentes temas abordados, fragmentos que permitem o encontro entre signos de diferentes culturas, que ao invés de ampliar as particularidades, procuram, guiados pelo princípio da compreensão política e participação social, estimular as relações humanas e a valorização das subjetividades. Nessa direção, convergem com a posição Schmidt (2016), quando apresenta que as redes culturais como espaços em que a comunicação acontece de forma múltipla.

A partir de temas como a violência doméstica, ética e moral na política, orçamento municipal, consumo e propaganda no Brasil, Escola sem Partido, entre outros, que são cotidianamente abordados pela mídia de massa, os participantes da Escola de Cidadania encontram um território no qual podem encontrar sentido, projetar suas realidades e incorporar ao seu universo simbólico a temas que muitas vezes seriam observados apenas de

maneira passiva. Os participantes se organizam em torno de temáticas que passam a ser do interesse comum, e assim articulam uma rede cultural, que se formam, de acordo com Schmidt (2016, p.2) “a partir das dinâmicas sociais espontâneas ou circunstanciais”. A partir dessa consideração, é possível pensar até mesmo nas potenciais redes que podem se formar a partir das conexões espontâneas estabelecidas entre os participantes.

No cenário comunicativo – midiático ou folkmidiático, Trigueiro (2006) apresenta importantes definições sobre a prática dos sujeitos ativos e dos ativistas. Para ele todos que exercem uma atividade de acesso aos veículos comunicativos são considerados sujeitos ativos, o que difere dos ativistas, que além de acessarem, desempenham uma atividade de militância, e assim, planejam e participam de movimentos nos quais manifestam suas posições. O ativista midiático é um motivador, que parte do anonimato para o reconhecimento público, ou seja, passa a ter visibilidade no bairro, em instituições públicas e nos diversos meios sociais.

Ao colocar-se diante da ideia de formar líderes comunitários, conselheiros municipais, agentes pastorais, gestores públicos entre outros atores para uma atuação ativa na sociedade, a Escola de Cidadania também se coloca como um espaço de ativismo midiático. Trigueiro (2006) destaca que

No mundo globalizado, fica cada vez mais difícil estudar-se a comunicação dissociada da cultura. Nesse novo espaço se reconhece a importância dos ativistas midiáticos dos sistemas folkcomunicacionais que atuam nos movimentos participativos da cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil (TRIGUEIRO, 2006 p. 10).

Enquanto ativistas midiáticos, os participantes da Escola de Cidadania encontram mecanismos para ampliar a capacidade de posicionar-se diante das demandas sociais, e por meio de ações comunicativas, encontra meios para a atuação em outros movimentos sociais. A participação cidadã, preconizada pelos princípios orientadores da Escola de Cidadania é uma característica do ativista midiático, tal como destacado por Trigueiro (2006). Esse autor, ao aproximar a cultura da comunicação, assemelha-se ao proposto de Downing (2004), onde destaca que a esfera pública é formada por teias comunicativas, onde acontecem os debates e a inter-relação entre seus participantes.

No campo das políticas públicas existem aqueles conhecidos como atores sociais. Esses integrantes da cena política possuem o importante papel de atuação diante do processo de agendamento, construção, implementação e nos desdobramentos das políticas públicas. Para Secchi (2010), os atores sociais são pessoas ou grupos que atuam na sensibilização pública acerca dos temas relevantes ou ainda concentram sua ação diretamente na elaboração de propostas que serão convertidas em políticas públicas. Esse autor explica que a palavra ator é importada das artes cênicas, numa analogia a interpretação de papéis:

Nesse sentido, há um entendimento de que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. Os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político. Há também um viés elitista no emprego da palavra “ator”, pois, enquanto atores interpretam papéis em um enredo e cenário, a plateia assiste passivamente ao desenrolar da história (SECCHI, 2010 p.77).

O discurso elitista existente na utilização da palavra ator é algo que a Escola de Cidadania sinaliza atuar com vistas a superação. Nos programas é possível observar a presença de temas relacionados à participação em conselhos e a discussão sobre o orçamento público, inclusive na conjuntura dos municípios do Alto Tietê, região onde a Escola de Cidadania “José de Souza Cândido” encontra-se instalada. Esse viés elitista também tende a ser superado quando o ator social é observado enquanto ativista midiático, conforme o exposto por Trigueiro (2006). Nesse sentido, e a partir de uma perspectiva cidadã e do objetivo da educação não formal, os participantes dos encontros, além de se perceberem enquanto membros de uma comunidade, possuem a incumbência de mobilizar os demais entes para a construção de um projeto comum.

Atores Sociais na Arena Política

Na literatura acadêmica é comum a utilização da expressão “arena política” para evidenciar a existência de um espaço, em que acontecem os embates políticos, onde os atores sociais disputam suas posições e colocam o antagonismo de ideias em cena (CORTES, 2009). Esse espaço conflitivo não possui uma demarcação física, e as disputas são realizadas entre aqueles que se colocam a frente de embates, com a expectativa de definir um rumo as decisões políticas. As características desse espaço “determinarão, em grande parte, a

dinâmica da vida política, conforme as instituições decisórias vigentes, a configuração organizacional dos grupos, os valores e/ou prioridades estratégicas dos contendores" (REIS, 2013 p.94).

A atuação do ator social depende de seu desempenho na arena política, que, por conseguinte será em grande parte determinada pela permeabilidade desse ator, entendido como um agente individual ou coletivo, em atingir as instâncias decisórias. Esse movimento demanda, na maioria das vezes, uma formação política. A esse respeito, a Escola de Cidadania potencialmente congrega experiências diversificadas, e coloca-se como um território fecundo para essas interações. O conceito de redes comunicativas, apresentadas Schmidt (2016), é pertinente quando se trata da permeabilidade do ator social, haja vista que, conforme essa autora as interações comunicativas entre os sujeitos e as redes comunicativas possibilitam novas conexões entre diferentes agentes, conferindo-lhes adaptabilidade, bem o suprimento de necessidades momentâneas ou históricas.

Um momento importante para a formulação de uma política pública é a formulação de uma agenda. Nesse caso, agenda não significa necessariamente a elaboração de um documento formal, mas trata-se, no campo das políticas públicas, da ação de colocar um determinado problema na lista de prioridades a serem atendidas pelo poder público. Colocar um tema em agenda não é sinônimo de resolução do problema, mas indica que a temática será discutida. Os atores sociais são aqueles que, ao identificarem uma necessidade e manifestarem interesse em sua solução, se articulam para que a sejam tomadas atitudes para sanar a questão (DIAS; MATOS, 2012). Trigueiro (2006 p.4), ao tratar dos ativistas midiáticos, destaca que esses indivíduos desempenham uma atividade intensa "como protagonistas encadeadores de temáticas culturais, políticas e econômicas no interior dos seus grupos sociais ou comunitários". Esse apontamento encontra confluência com a possível atuação do ator social no processo de agendamento das políticas públicas.

Considerações finais

A rede comunicativa estabelecida por meio dos vínculos potencializados pela Escola de Cidadania e a caracterização de seus participantes como possíveis ativistas midiáticos contextualiza as ações desse grupo no campo folkcomunicacional, do mesmo modo que

também encontram fundamento nas políticas públicas, quando os participantes são caracterizados como atores sociais, capazes de interferir no agendamento das políticas públicas.

A Escola de Cidadania, ao ser observada sob o ângulo da Folkcomunicação e das políticas públicas revela, que elementos dessas duas áreas de conhecimento que se entrecruzam e mostram um cenário que permite uma melhor compreensão dos fenômenos sociais. A aproximação conceitual de diferentes áreas de conhecimento mostra que a complexidade das relações existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade dessas confluências para sua compreensão.

Referências

ALBANO, Sebastião Guilherme. De massa, multidão e outros: acepções na modernidade e na contemporaneidade. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Volume 14, Número 31, p.30-46, jan./abril 2016. Disponível em <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/2029/1428>> Acesso em 19 abr. 2017.

CORTES, Soraya Vargas. Sistema Único de Saúde: espaços decisórios e a arena política de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1626-1633, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700022> Acesso em 19 abr. 2017.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GHON, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social – Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira – A Visão da Espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 3^a ed., 2015.

REIS, Bruno P. W. Arena Política In: Giovanni, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas – Fundap**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013

REGO, Walquiria Leão; Pinzani, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família – Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2^a ed., 2014.

TRIGUEIRO, Osvaldo. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 4, n. 7, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/536/370>> Acesso em 19 abr. 2017.

SCHMIDT, Cristina. Redes Culturais Comunicativas: uma pesquisa colaborativa e interdisciplinar em Folkcomunicação. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1. p. 1-14. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2669-1.pdf>> Acesso em 19 abr. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Artigo recebido em: 12/05/2017

Aceito em: 04/06/2017